



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO MISTO TC Nº 15906/12

CONTROLE DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL – REVISÃO DE APOSENTADORIA – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS – REGULARIDADE DOS CÁLCULOS PROVENTUAIS – ATO EXPEDIDO POR AUTORIDADE COMPETENTE – LEGALIDADE DO ATO APOSENTATÓRIO – CONCESSÃO DO REGISTRO.

ACÓRDÃO AC1 TC 998 / 2017

1. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:
 - 1.1. NATUREZA: **APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS**
 - 1.2. APOSENTANDO(A):
 - 1.2.1. Nome: **ANTÔNIO ARAÚJO DE NORONHA**
 - 1.2.2. Matrícula: **02.032-0**
 - 1.2.3. Cargo: **Auxiliar de Serviços Diversos**
 - 1.2.4. Lotação: **Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano**
 - 1.2.5. Tempo de Contribuição: **12.948 dias**
 - 1.3. ATO APOSENTATÓRIO:
 - 1.3.1. Data: **28/06/2012**
 - 1.3.2. Órgão e data de publicação: **Semanário Oficial, de 24 a 30/06/2012**
 - 1.3.3. Autoridade Emitente: **Presidente do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, Senhor Cristiano Henrique Silva Souto.**
2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA: **A Auditoria concluiu, em seu relatório de análise de defesa¹ (fls. 82/84), pela regularidade dos cálculos proventuais e legalidade do ato de revisão de aposentadoria, formalizado pela Portaria de fls. 49, merecendo o seu competente registro.**
3. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: **Oral, na Sessão, pela legalidade da aposentadoria e concessão do registro.**
4. VOTO: **Considerando o relatório da Auditoria e a análise dos autos, concluo que o processo está devidamente instruído, o servidor preencheu todos os requisitos para se aposentar pela regra constante no ato de revisão de aposentadoria, o qual foi expedido por autoridade competente, e os cálculos proventuais estão corretos, de modo que Voto pela legalidade do ato aposentatório e pela concessão do competente registro.**

ACORDAM os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato de revisão de aposentadoria, expedido por autoridade competente, em favor de servidor apto ao benefício e do correspondente cálculo de proventos, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.
Sala das Sessões da Primeira Câmara do TCE/PB
Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa
João Pessoa, 25 de maio de 2017.

jtosm

¹ No relatório inicial de fls. 54/55, a Auditoria havia concluído pela notificação da autoridade responsável para adotar as providências necessárias no sentido de corrigir os cálculos apresentados, bem como enviar a legislação que os fundamenta.

Na primeira análise de defesa (fls. 65/67) a Unidade Técnica de Instrução concluiu novamente pela notificação da autoridade responsável para retificar a planilha de cálculos proventuais fazendo constar as parcelas de forma discriminada (proventos e quinquênios).

Assinado 25 de Maio de 2017 às 15:44



Cons. Fernando Rodrigues Catão

PRESIDENTE

Assinado 25 de Maio de 2017 às 14:34



Cons. Marcos Antonio da Costa

RELATOR

Assinado 29 de Maio de 2017 às 23:10



Luciano Andrade Farias

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO